



Democracia moderna, trilogia e valores políticos: análise da idealização social acerca dos princípios democráticos com base no programa Observatório da Imprensa¹

Antônio Marcolino

Brena Vila Nova²

Fernandino Neto

José Dorivaldo

Lucivanda Leite

Faculdade do Vale do Ipojuca, Caruaru, PE³

Resumo

Este trabalho trata da idealização social acerca da trilogia liberdade, igualdade e fraternidade como princípios da democracia moderna. A partir desses valores políticos, refletimos o papel do formador de opinião, através do programa televisivo Observatório da Imprensa, discutindo a construção do sentido democrático propagado pela imprensa. Avaliamos como a imprensa pode contribuir com a mobilização de uma coletividade e como a manipulação do meio de comunicação pode promover a “brutalização da informação”, levando a sociedade ao caminho anti-democrático.

Palavras-chave: democracia; trilogia; observatório da imprensa; formador de opinião.

Introdução

O presente trabalho pretende refletir a relação de democracia moderna e os princípios da trilogia liberdade, igualdade e fraternidade, a partir da atuação do programa televisivo Observatório da Imprensa, exibido na TV Brasil. Ao refletirmos o percurso histórico da democracia e da trilogia, veremos que a Revolução Francesa e o Iluminismo são os dois momentos históricos que impulsionam esses princípios, dando início a idealização social que convém admitirmos, neste momento, como democracia moderna. É através da imprensa, representada pelo formador de opinião, que torna decisiva a construção de uma identidade democrática consciente, desconstruindo esta idealização social concebida por uma vontade burguesa, com o consentimento do povo.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Jornalismo da FAVIP, email: brenadaniela@yahoo.com.br

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da FAVIP, mestre em Ciência Política. email: amarconi77@hotmail.com



É preciso estar atento ao fato de que a sociedade se discute também através da imprensa, porque é na imprensa que as decisões sociais ganham visibilidade e se interrogam, quando colocadas de maneira dialógica e coerente. Partindo dessa reflexão, temos a sociedade moderna exposta, a partir do exercício jornalístico, através do formador de opinião que muitas vezes reforça a acomodação política e torna banais os problemas sociais. Para lidar com a manipulação da informação e investigar seu papel nessa “teia ideológica” da trilogia democrática, o programa Observatório da Imprensa questiona a prática e os procedimentos comunicacionais nos mais diversos segmentos da imprensa. O programa viabiliza que comunicadores discutam com comunicadores e sociedade sobre o exercício diário do formador de opinião dentro de uma esfera pública. Observar o que o formador de opinião publica e as influências que essas publicações geram na formação de uma sociedade democrática torna-se imprescindível para desconstruir os valores políticos.

Neste sentido, o programa Observatório da Imprensa interroga o papel do formador de opinião e reforça o compromisso político que o mesmo exerce ao disseminar um fluxo de informação diante da democracia moderna. Longe de ser uma resposta perante as relações políticas, este trabalho tem como objetivo maior desconstruir a relação entre democracia, trilogia e Observatório da Imprensa, no papel do formador de opinião pública, que pode reprimir ou propagar o caminho democrático.

1. Iluminismo e representação democrática

A história do Iluminismo se revela através do pensamento no Século das Luzes, da crítica ao absolutismo e da motivação de pensadores como Rousseau, Montesquieu, Voltaire, Locke, Diderot e D'Alembert. O apogeu deste movimento foi atingido no século XVIII, na França, e assumiu "a razão" como forma e essência. Apoiados nessa razão, os iluministas criticavam a ordem social estabelecida. É neste período que essa ordem se desconstrói e dá lugar aos questionamentos dos filósofos da razão.

Conforme pontua Vicentino & Dorigo (2001: 293), "Os iluministas, “os filósofos da Razão”, ao criticarem o absolutismo, deixavam clara a inadequação da ordem social e política à econômica, o que acabou por transformar o Iluminismo na bandeira ideológica da Revolução". Assim, cabia aos iluministas contestar o modelo social da época e impulsionar as lutas sociais a partir de pensadores como o francês



René Descartes (1596-1650), que lança o racionalismo e dita sua definição: "penso, logo existo".

O ato de pensar o sistema político resultou em mobilizações sociais, em questionamentos cada vez mais intensos e constantes, se considerarmos o proposto por Vicentino & Dorigo:

As lutas sociais da Idade Moderna, o desenvolvimento da burguesia e de seus negócios e a crença na racionalidade culminaram na propagação dos ideais iluministas. Estes triunfaram levados pela onda da Revolução Francesa. Puseram fim às práticas existentes naquele país, estimularam a derrubada de regimes absolutistas-mercantilistas em outras partes da Europa e na América e fundamentaram novas formas de poder político e de organização econômica. A partir daí, em oposição às idéias que sustentavam o absolutismo, iniciou-se o processo de construção e consolidação do liberalismo político, que é a ideologia referencial de democracia nos dias de hoje. (2001: 257)

Quando os iluministas começam a decompor o sistema político, o movimento se torna uma ideologia incorporada pela burguesia através das lutas revolucionárias do final do século XVIII. Um dos maiores nomes do iluminismo foi o francês Voltaire (1694-1778), que criticava ferozmente a Igreja e o clero, sendo, contudo, deísta, ou seja, acreditava na presença de Deus na natureza e no homem. A rejeição à ideia de revolução continha em Voltaire, como indica Vicentino & Dorigo, o argumento de que "as reformas realizadas por monarcas, sob orientação dos filósofos, poderiam resultar em um governo progressista, esclarecido" (2001: 258). Com o passar do tempo, as ideias iluministas passaram a fundamentar o liberalismo político que domina as relações democráticas vigentes na sociedade moderna atual, através da divisão do trabalho, a concorrência e o livre comércio.

2. Revolução Francesa

Com o declínio do absolutismo e a ascensão da burguesia, os obstáculos para o início do capitalismo tornaram-se menores e as lutas entre o alto clero e o baixo clero começaram a assumir uma postura e divisão revolucionária com interesses próprios. As lutas políticas, durante a Revolução Francesa, deram origem à transição do feudalismo para o capitalismo francês. A Revolução acabou se tornando o primeiro impulso para



um processo capitalista sem controle. Apesar de alguns historiadores afirmarem que a classe burguesa não tinha consciência de que se tornara classe, muito menos burguesa, foi essa a grande beneficiada com a idealização dos valores revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade.

Ao povo e aos opositores coube apenas a guilhotina. O capital era o grande motivador das disputas travadas entre os burgueses, jacobinos, girondinos, Rei e Clero. O povo tentava combater essa relação de interesses de maneira inconsciente e durante o combate, os princípios políticos assumiram importância e objetivos diferentes como esclarece Vicentino & Dorigo:

A Revolução Francesa foi feita em nome de alguns princípios como os da liberdade, da igualdade e da fraternidade, além do direito à propriedade. Porém, para os diferentes segmentos sociais da França revolucionária, esses princípios eram concebidos de forma distinta e tinham diferentes graus de importância. Alguns questionavam a possibilidade da criação de um verdadeiro regime de igualdade convivendo com o regime de propriedade. Outros pleiteavam uma ampla liberdade política, oferecendo alternativas para as instituições de representação da sociedade como um todo. (2001: 291)

Com isso, a sociedade francesa firma-se num processo revolucionário motivado por uma vontade burguesa que pouco se importava com a construção de um poder democrático, já que o povo atendia de "cabeça baixa" as necessidades do poder absoluto. Não interessava à burguesia pagar impostos ou ter um poder limitado, afinal, "[...] a ascensão econômica da burguesia esbarrava, ainda, nos regulamentos, proibições e taxações ditados pelo Estado absoluto" (VICENTINO & DORIGO, 200: 292).

Ao povo cabia a fome, a miséria e a submissão ao sistema divino, absoluto e burocrático. Qualquer posição anti-burguesa resultaria em conspiração e na condenação do conspirador. Em 1793, ocorreu a Conspiração dos Iguais, considerado um golpe realista, liderado pelo jornalista Babeuf, apelidado de "Graco" (refere-se aos irmãos Graco da Roma antiga), que criticava a propriedade privada e defendia "a ditadura dos humildes" (VICENTINO & DORIGO, 200: 298).

Babeuf propunha o fim de todas as desigualdades e a defesa do bem-estar para todos. Acabou preso e condenado à guilhotina. Antes de morrer, escreveu para a um amigo, a quem confiara sua família: "Creio que, em algum dia futuro, os homens voltarão a pensar em maneiras de proporcionar à espécie humana a felicidade que lhe propusemos" (WILSON, 1986: 79 apud VICENTINO & DORIGO, 2001: 298). As



transformações históricas e sociais que ocorreram durante a Revolução, apoiadas nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, acabam por representar as condições socioeconômicas vivenciadas pelos grupos políticos da época até a sociedade moderna.

3. Ideais democráticos e a Trilogia das Cores: visão conceitual

Os princípios da trilogia, sob uma ótica política, remetem-nos a uma relação conceitual e ideológica de co-autores sociais que cultuam esses princípios sem que nunca tenham sido capazes de observar a sua real aplicação. Pensemos nesta relação não de maneira isolada, mas, dentro de uma conjuntura política que parece manter um cenário sempre ideal, como nos coloca Martinelli:

Libérte, égalité, fraternité [...] constituíram, durante dois séculos, o núcleo normativo e o critério interpretativo da sociedade moderna. Os três princípios não expressavam conceitos e aspirações radicalmente novos, mas se transformaram e se estenderam à ação coletiva, adquirindo um significado universal e definindo, com especial vigor sintético, o projeto moderno da sociedade. (1988: 57 apud BAGGIO, 2008, p.13).

A partir dessas considerações, compreende-se a relação implícita da trilogia com o processo político e a sociedade ideal que circunda as diversas camadas sociais desde o sistema feudal, baseado na suposta égide do poder divino. Em suma, os princípios democráticos – enquanto objeto de desejo social – ainda representam fatores muito mais hipotéticos do que reais. Conforme pontua Baggio (2008: 14), “Na verdade as democracias deram alguma eficácia aos princípios [...], mas é evidente para todos que esses princípios estão muito longe de sua plena realização”.

É possível afirmar que a dificuldade para colocar em prática os princípios democráticos representa, em nossos dias, o desafio de garantir para todo cidadão os direitos fundamentais à sua existência, enquanto ser social. Liberdade, igualdade e fraternidade só podem ser aplicáveis quando forem garantidos os direitos fundamentais sem que para isso, o indivíduo e os diversos grupos estejam expostos aos abusos de uma classe dominante e contraditória. Contudo, a impressão política que demarca a história da humanidade passa a ser envolvida por esta idealização que se propõe a ser um discurso fragilizado, diante da desordem política.

Segundo Bobbio (2000), democracia representa a soberania popular e,



dependendo do sistema, pode tornar-se uma prática excludente. Isso ocorre quando o povo que exerce o poder nem sempre coincide com aqueles sobre os quais o poder é exercido. Em um conceito mais amplo, democracia refere-se à forma de poder em que o povo é soberano e, além disso, deve estar inserido num sistema onde as relações sejam fraternas, os valores sejam iguais e os destinos sejam livres, ideais que na prática não funcionam de forma eficaz por fatores de diversas ordens.

Um exemplo desta não aplicação dos valores democráticos constitui-se na coerção aplicada pelo Estado, de forma diferenciada. É constantemente observável em nossa sociedade a intervenção da justiça de maneira muitas vezes injusta, servindo para uns e deixando de existir para outros. Em suma, o conceito democrático e a propagação dos ideais iluministas caem por terra. Com base no comentário de Baggio (2008), essa hipótese faz sentido: “Em outros termos, os princípios da trilogia francesa poderiam ser comparados às pernas de uma mesa: são necessárias todas as três para que ela se sustente”.

Entender os conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade inclui a reflexão contínua acerca das condições que nos tornam indivíduos livres, iguais e fraternos. Enquanto pilares constituintes da ideia de democracia moderna, esses princípios acabam reduzidos a ideias utópicas, criadas a partir de percepções subjetivas e individuais. Isto porque assim como não existe um conceito absoluto de verdade, a trilogia também não pode ser definida concretamente. Estas observações indicam que a discussão ainda é pautada num confronto de visões, muitas vezes estereotipadas e condicionadas a paradigmas sócio-culturais.

Com base nestes argumentos, resta-nos refletir acerca das seguintes questões: como pode existir igualdade se estamos condicionados? É possível ser fraterno numa sociedade tão desigual? E, ainda, de que modo seremos livres se estamos condicionados ao impedimento e a coerção das leis do Estado que determinam nossa existência social? Somos, de fato, seres manipulados por um sistema excludente, que privilegia interesses de poucos, ou nos acostumamos com a desordem a ponto de encararmos estas relações de maneira “natural”? Por fim, quem são os culpados pelos desmandos sociais, econômicos e políticos: os representantes da nação ou quem os insere nas diversas esferas do poder?



Na série de filmes batizada de Trilogia das Cores¹, encontramos os recursos necessários para exemplificar os conceitos que estão em jogo nesta discussão. Em *A liberdade é azul*, *Julie* perde o marido e filha. Após a tragédia, a personagem decide livrar-se de tudo que lhe prende ao passado. Num determinado momento, ela opta por abrir mão da casa e outros bens deixados pelo marido em prol da amante, que estava grávida. Esta, por sua vez, retribui: “Ele me disse que você era boa. Que era capaz de ser qualquer coisa”.

A igualdade é branca apresenta os conflitos que envolvem *Karolj*, polonês apaixonado por sua mulher, *Dominique*, que o surpreende com um pedido de divórcio. Depois de ser julgado na França, sem ao menos falar o idioma daquele país, ele decide voltar a sua terra natal e planeja uma inusitada vingança. Já em *A fraternidade é vermelha*, *Valentine* leva uma vida aparentemente normal, mas toda sua tranquilidade é quebrada quando, ao atropelar uma cadela, encontra-se com seu dono, um juiz aposentado que espionava seus vizinhos.

Nos três filmes, as personagens veem suas vidas serem transformadas pelo acaso e envolvem-se em conflitos constantes. Ou, como ressalta Baggio (2008), essas pessoas acabam envolvidas num curto-circuito ideológico gerado por incertezas e pela necessidade de mudança. Ao tratar a igualdade, *Krzysztof Kieslowski*, autor da trilogia, apresenta esse princípio como uma ideia utópica. O que fica claro, na verdade, é que não necessitamos de um sentido de igualdade, mas de um princípio de respeito às diferenças que nos constituem e impulsionam à alteridade.

No caso da liberdade, a forma como o conceito é representado suscita uma importante questão: seria a liberdade algo trágico? Vale a pena ser livre? Livre de quê? Com que finalidade? São perguntas que suscitam outros questionamentos e nos permitem significações variadas.

Quanto à fraternidade, o princípio culmina com a integração social dos outros valores revolucionários, permitindo-nos afirmar que o fraterno enquanto categoria política só é possível quando conjugado de forma sistêmica e dependente dos demais valores.

¹ A Trilogia das Cores, inspirada nas cores da bandeira francesa e seus significados, é uma série de três filmes de *Krzysztof Kieslowski*: *Bleu* (em português, *A liberdade é azul*, de 1993); *Blanc* (*A igualdade é branca*, de 1994) e *Rouge* (*A fraternidade é vermelha*, de 1994).



4. Observatório da Imprensa

A mobilização da opinião pública torna-se crucial na representação contínua dos veículos de comunicação, mais precisamente a imprensa. É nessa convergência opinativa que a democracia moderna se identifica, problematiza e busca alternativas, numa ação mobilizadora. Mafra avalia que:

[...] significados possíveis do verbo mobilizar são os de "dar movimento", "pôr em movimento ou circulação". É relevante observarmos que, quando projetos e movimentos lutam por determinadas causas, há um desejo de "movimentar" as estruturas, os significados, os entendimentos acerca de algumas questões. (2006: 33)

Neste sentido, o caminho para construção de uma comunicação mobilizadora está na movimentação dos significados sociais que fazem parte do cenário democrático. Isso é o que aponta Mafra (2006: 23), ao destacar que "o cenário democrático atual é dinâmico, complexo e multifacetado, já que vários projetos e movimentos sociais tentam colocar publicamente suas questões para a sociedade, de forma a negociar entendimentos coletivos e obter apoio e participação dos sujeitos". Na construção de um sentido ideológico sobre liberdade, igualdade e fraternidade, temos como mediador, o formador de opinião.

Esse "formador" assume "o caráter da verdade" e a conduz em tom representativo com o objetivo de levar a informação de maneira coerente e responsável para a esfera pública. Em Habermas (1984), a origem do termo esfera pública "[...] remonta à ideia de que a esfera pública é o espaço de debate e de discussão que os sujeitos privados realizam reunidos em público" (apud MAFRA, 2006, p.24). Dentro dessa perspectiva, os autores elucidam a relação que os indivíduos assumem enquanto sujeitos dessa esfera e componentes do debate. A discussão tem como sujeito formador de opinião o jornalista, que a princípio observa e depois é observado, em sua condição argumentativa ou espetacular. Debord (1997: 14), ressalta que "o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, medidas por imagens". O formador acaba por assumir essa imagem, já que é um "ponto espetáculo" que chama a atenção da esfera pública.

Para desconstruir este encontro de imagens é preciso compreender o papel do formador de opinião como um "iluminista", aquele que crê na virtualização da realidade. Lévy (1996: 18), comentando este processo, também aponta que "[...] a



virtualização é um dos principais vetores da criação de realidade". É com a propagação dessa realidade que o pensamento comunicacional se dá e o formador precisa estar atento ao observador e ao observado. O papel do formador de opinião, incorporado pelo exercício jornalístico, é o objeto de reflexão do programa Observatório da Imprensa.

No programa, formadores de opinião discutem entre si e avaliam a repercussão de sua prática na esfera pública. Essa reflexão é fundamental porque o formador de opinião enquanto jornalista assume uma posição de caráter político, podendo a partir da ordem do discurso reprimir ou fazer circular uma comunicação democrática. É na ordem desse discurso que ocorrem as arbitrariedades: ou o formador questiona o discurso ou o torna algo constrangedor, como adverte Foucault

É claro que, colocando-nos, no interior de um discurso, ao nível de uma proposição, a partilha entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas, numa outra escala, se nos pusermos a questão de saber, no interior dos nossos discursos, qual foi, qual é, constantemente, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos da nossa história, ou, na sua forma muito geral, qual o tipo de partilha que rege a nossa vontade de saber, então talvez vejamos desenhar-se qualquer coisa como um sistema de exclusão (sistema histórico, modificável, institucionalmente constrangedor)." (1971: 4)

O programa Observatório da Imprensa, veiculado pela TV Brasil, traduz essa responsabilidade e desmistifica os procedimentos comunicacionais a partir da representação do formador de opinião, possibilitando a transparência na relação entre a comunicação e as relações no âmbito político. Marques de Melo descreve que

[...] comunicação e política são duas faces da mesma moeda. Fazem parte daquele universo de condições necessárias à vida em coletividade, tornando possível a partilha de um mesmo território por diferentes grupos humanos, neutralizando conflitos entre eles, mas também garantindo a continuidade das suas tradições e utopias. (2003: 14)

Com foco na produção da informação jornalística, o programa tem como objetivo levar à população uma reflexão crítica sobre a prática do jornalismo. O Observatório é uma iniciativa do Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo, com projeto original do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O Observatório da Imprensa ganhou versão na internet em abril de 1996, seguido



de formato na televisão brasileira (1998) e, em maio de 2005, ganha versão no rádio. Conduzido pelo jornalista Alberto Dines, a produção defende a liberdade de imprensa e repugna qualquer tipo de constrangimento que possa ser causado ao público ou aos profissionais da área.

A ordem do discurso no programa percorre a autocrítica sobre a produção jornalística e os efeitos que as coberturas jornalísticas geram nas relações sociais, além da manipulação política implícita nos conteúdos veiculados. Com isso, a imprensa assume também a forma de uma categoria política que pode desconstruir as relações de poder ou reafirmá-las. Nota-se que a segunda opção tem sido mais freqüente e o programa analisado questiona a construção desta 'imprensa' que se perde na especulação e deixa de lado o argumento em favor de interesses próprios. Debord (1997: 47) destaca que "[...] o que constitui o poder abstrato da sociedade constitui sua não-liberdade concreta". É na circulação da informação que a característica especulativa da sociedade moderna se confirma e transforma-se em criadouro de novos estereótipos.

A imprensa possui, em sua síntese, a capacidade de estimular a mobilização da opinião pública ou estagná-la num sentimento de conformidade constante. Essa síntese está diretamente ligada ao agir comunicativo e à racionalização do ato comunicativo. Segundo Habermas (2002: 55), "[...] a prática do agir orientado para o entendimento obriga seus participantes a antecipações totalizadoras determinadas, abstrações e ultrapassagens de limites". Transcender os limites e as limitações jornalísticas exige do formador de opinião uma visão dialógica e racional sobre os grupos e suas intenções sociais. As pistas para chegar ao sentido democrático apontado pelo programa televisivo Observatório da Imprensa, deixa claro que a atuação dos jornalistas deve ter metas alinhadas ao jornalismo público, com importância pública, isenta, não idealizada.

Aqueles que podem detalhar ou levar ao questionamento essas idealizações são os observadores da imprensa, que assumem a defesa de uma "rebelião" diante da manipulação da informação. Para irmos de encontro ao entorpecimento da democracia moderna é preciso combatê-la. Na contemporaneidade a rebelião contra os padrões impostos é característica marcante (MCLUHAN, 2007: 19). É sobre a desconstrução do sentido democrático no papel do formador de opinião que estamos falando.

É sobre se rebelar na conjuntura comunicacional e se perguntar por que, e não simplesmente se apoiar no tecnicismo, numa postura submissa ao espetáculo midiático. "O espetáculo da brutalidade empregado como dissuasão pode brutalizar"



(MACLUHAN, 2007: 47). Em contrapartida a essa brutalização da informação jornalística, a análise do Observatório da Imprensa amplia a discussão sobre os meios de comunicação e suas extensões com a prática jornalística.

As influências tecnológicas resultam na transformação da comunicação de massa. Marques de Melo descreve que

Comunicação massiva- começa no século XVII (Alemanha), quando o jornal diário começa a exercer impacto na sociedade urbana, fortalecendo-se nos Estados Unidos, no século XX. Nessa conjuntura, emergem as indústrias midiáticas, demandando recursos humanos capacitados e conhecimentos novos destinados a neutralizar as incertezas dos investidores. (2003: 34)

Com o impacto dessa comunicação massiva, a imprensa torna-se "o meio que é a mensagem" (MACLUHAN, 2007: 21) e desperta nos "observadores da imprensa" o interesse pelas causas e efeitos da conjuntura midiática e do pensamento comunicacional. O caso da Revista Veja analisado pelo programa, referente à capa publicada em 2006, que trazia o Presidente Lula com um "pé na bunda", levou à discussão a perda da civilidade dos jornalistas, visto que esse exemplo torna-se uma mostra da brutalização da informação e do desrespeito aos princípios democráticos. Contudo, o programa consegue estabelecer uma reflexão sobre "a razão de ser" desta imprensa moderna para uma democracia também moderna, criticando a especulação e o espetáculo da Era da informação.

5. Considerações Finais

Ao distinguirmos a relação entre trilogia, democracia moderna e a atuação do formador de opinião, questionado no programa televisivo Observatório da Imprensa, concluímos que somente a partir de uma atuação verdadeiramente isenta é possível refletir o posicionamento político do "meio" e da "mensagem" disseminados pelos meios de comunicação de massa. Vimos que os valores políticos assumiram uma relação hipotética durante a Revolução Francesa e que o povo contribuiu com a idealização desses valores, tornando-se, mais do que vítima, um agente multiplicador de uma conjuntura política contrária aos interesses da maioria.

A sociedade precisará assumir uma posição "iluminista" e "revolucionária" livre de idealizações ou vontade burguesa, a fim de que as transformações possam ser



legítimas e conscientes do que representam. Somente através da mobilização social, cremos, essa sociedade será capaz de pôr na "guilhotina" a idealização burguesa revolucionária e a submissão popular que projetaram o modelo de nossas relações.

No âmbito da comunicação, quando o formador de opinião amplia "o agir comunicativo", consegue ir além do espetáculo midiático. É no encontro dessa reflexão que sociedade e formador de opinião se veem representados perante uma postura política atuante. Dessa forma, o espetáculo dá lugar à mobilização social e combate a brutalização da informação jornalística.

Ao repensarmos o papel social do formador de opinião e as suas limitações, sugerimos a construção de uma mensagem democrática, que reflita os conflitos e as diferenças sociais.

Referências

BAGGIO, A. M. **O princípio esquecido** – vol. 1. São Paulo: Cidade Nova, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política** – A filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Edmundo Cordeiro. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/ordem.html>>. Acesso em: 29 de março de 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Agir comunicativo e razão destrancendentalizada**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002

LÉVY, Pierre. **O que é virtual**. São Paulo: Editora 34, 1997.

MAFRA, Rennan. **Entre o espetáculo, a festa e a argumentação**: mídia, comunicação estratégica e mobilização social. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MARQUES DE MELO, José. **História do pensamento comunicacional**: cenários e personagens. São Paulo: Paulus, 2003

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2007

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História para ensino médio**: História geral e do Brasil: volume único. São Paulo: Scipione, 2001.